Rectificação n.º 1458/2007

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho de 2007, a p. 18 581, 2.ª col., despacho (extracto) n.º 13 869/2007, rectifica-se que onde se lê «Por despacho de 1 de Setembro de 2006 [...] foram autorizados os contratos administrativos de provimento [...]»; Licenciado António Eduardo Pereira Coutinho Barbosa, como equiparado a professor-adjunto [...], a partir de 1 de Setembro de 2006, inclusive.» deve ler-se «Por despacho de 1 de Setembro de 2006 [...] foram autorizados os contratos administrativos de provimento [...]»; Licenciado António Eduardo Pereira Coutinho Barbosa, como equiparado a professor-adjunto [...], a partir de 1 de Setembro de 2006, inclusive, extinguindo-se o anterior contrato como equiparado a assistente do 1.º triénio a partir da mesma data.».

7 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte*.

Rectificação n.º 1459/2007

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 20 de Maio de 2003, a p. 7645, 2.ª col., despacho (extracto) n.º 9983/2003, rectifica-se que onde se lê «Por despacho de 27 de Janeiro de 2003: Doutor Jorge Manuel Alexandre Saraiva [...] nomeado definitivamente [...], a partir de 19 de Junho de 2002, inclusive.» deve ler-se «Por despacho de 27 de Janeiro de 2003: Doutor Jorge Manuel Alexandre Saraiva [...] nomeado definitivamente [...], a partir de 19 de Junho de 2001, inclusive.».

7 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte*.

Rectificação n.º 1460/2007

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 28 de Dezembro de 2006, a p. 30 310, 1.ª col., despacho (extracto) n.º 26 260/2006, rectifica-se que onde se lê «Por despacho de 3 de Fevereiro de 2006: Licenciado Carlos Alberto Fernandes Marques, [...], a partir de 1 de Outubro de 2006.» deve ler-se «Por despacho de 3 de Fevereiro de 2006: Licenciado Carlos Alberto Fernandes Marques, [...], a partir de 28 de Fevereiro de 2006.».

7 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte*.

Rectificação n.º 1461/2007

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 492/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2006, a p. 14 977, col. 2.ª, rectifica-se que onde se lê «Por despacho [...] de 1 de Dezembro de 2005 [...] mestre David Nunes Resende foi contratado [...] a partir de 2 de Dezembro de 2005, inclusive.» deve ler-se «Por despacho [...] de 1 de Dezembro de 2005 [...] mestre David Nunes Resende foi contratado [...] a partir de 2 de Dezembro de 2005, inclusive, extinguindo-se o anterior contrato como equiparado a assistente do 1.º triénio a partir da mesma data.».

7 de Agosto de 2007. — A Administradora, *Maria de Fátima Moreira Duarte*.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração**Despacho (extracto) n.º 20 414/2007**

Por despacho do vice-reitor da Universidade de Aveiro de 31 de Julho de 2007, no uso de competência delegada, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento de Liliana Ribau Caçoilo como encarregada de trabalhos, por urgente conveniência de serviço, pelo período de dois anos, renovável por igual período, com início em 1 de Agosto de 2007 e termo em 31 de Julho de 2009. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Agosto de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Fátima Pinho*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**Despacho (extracto) n.º 20 415/2007**

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 6 de Julho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 12 de Julho e 28 de Setembro de

2007, ao Doutor Jacek Dominiczak, professor associado convidado. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 416/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 27 de Julho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 1 e 7 de Agosto de 2007, à Doutora Anna Guerman, professora auxiliar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 417/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 1 de Junho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 12 e 16 de Junho de 2007, ao mestre Pedro Miguel Figueiredo Dimis Oliveira Gaspar, assistente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 418/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 3 de Agosto de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País aos seguintes docentes:

Doutor Vítor Manuel Pissarra Cavaleiro, professor associado, no período compreendido entre 7 e 16 de Agosto de 2007.

Mestre Bertha Maria Batista dos Santos, assistente, no período compreendido entre 7 e 16 de Agosto de 2007.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 419/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 8 de Junho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 17 e 20 de Junho de 2007, à mestre Isabel Maria da Conceição Fonseca Gonçalves Falorca, assistente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 420/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 22 de Junho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 29 de Junho e 8 de Julho de 2007, à mestre Cristina Maria Sena Fael, assistente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 421/2007

Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 20 de Junho de 2007, foi concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período compreendido entre 24 de Junho e 7 de Julho de 2007, ao Doutor José Justino de Matos Barros Gomes, professor auxiliar convidado. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Agosto de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.

Reitoria**Aviso n.º 16 543/2007**

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, área de relações internacionais

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho reitoral de 1 de Agosto de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação

do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe, área de relações internacionais, da carreira técnica superior (de dotação global), previsto no quadro de pessoal não docente da Universidade da Beira Interior.

1.1 — De acordo com o determinado pelo despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

2 — Bolsa de emprego público — o presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para o preenchimento da vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — funções de natureza científico-técnica de estudo e concepção de métodos científicos e técnicos, no âmbito da organização e racionalização, apoio ao ensino e à investigação, nas áreas das ciências exactas, ciências da engenharia, ciências sociais e humanas, artes e letras (área de relações internacionais), previsto no mapa II do despacho n.º 13 693/2006, de 5 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho de 2006.

5 — Local de trabalho e remuneração — o candidato aprovado exercerá as suas funções na Universidade da Beira Interior, sendo o vencimento o correspondente ao escalão e índice fixados nos termos do sistema retributivo, previsto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para a função pública.

6 — Condições de candidatura:

6.1 — Requisitos gerais — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e que são os seguintes:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura em Direito e reunir as condições previstas no n.º 1 do artigo 3.º ou na alínea c) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — Método de selecção:

- a) Avaliação curricular, na qual serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os factores de habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e, se o júri assim o entender, classificação de serviço, através da sua expressão quantitativa, sem arredondamento;
- b) Entrevista profissional de selecção, que avaliará, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

7.1 — A entrevista profissional de selecção, como método complementar, só será utilizada se o júri assim o deliberar.

7.2 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em todos os métodos de selecção, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.3 — De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação na aplicação dos métodos de selecção, bem como do sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Apresentação de candidaturas:

8.1 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao reitor da Universidade da Beira Interior e entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso, para os Serviços Administrativos — Divisão de Expediente e Pessoal da Universidade da Beira Interior, Convento

de Santo António, 6201-001 Covilhã, do qual constem os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, número do bilhete de identidade, data de emissão), residência, código postal e número de telefone;
- b) Habilitações literárias;
- c) Indicação do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* onde foi publicado;
- d) Indicação da categoria que detém e serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Formação profissional (cursos de formação, estágios, especializações, seminários, etc.);

8.2 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e exerceu anteriormente;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais indicadas;
- d) Declaração passada e autenticada pelo respectivo serviço que comprove o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a natureza do vínculo, a categoria detida e ainda a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, respeitante aos anos relevantes para efeitos de concurso bem como a indicação das tarefas que lhe estiverem cometidas no respectivo período;
- e) Documento comprovativo dos elementos que eventualmente sejam relevantes para apreciação do seu mérito.

9 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições aplicáveis pelo Decreto-Lei n.º 204/98, 11 de Julho.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

12 — Listas — as listas de admissão e exclusão do concurso bem como as de classificação final serão afixadas na Divisão de Expediente e Pessoal da Universidade da Beira Interior, Convento de Santo António e Pólo I.

13 — De acordo com o mesmo despacho, a constituição do júri será a seguinte:

Presidente — licenciada Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa, chefe de divisão de Relações Públicas.

Vogais efectivos:

Licenciada Mércia Leitão Cabral Pires, secretária da UCP de Artes e Letras.

Licenciada Maria Manuela G. R. V. de Almeida Fontes Neves, técnica superior principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Alda E. Bebianio C. M. Oliveira Ribeiro, chefe de divisão de Expediente e Pessoal.

Licenciada Helena Maria Valentim A. F. Rosa de Almeida, assessora.

14 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

2 de Agosto de 2007. — O Reitor, *Manuel José dos Santos Silva*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reitoria

Despacho n.º 20 422/2007

Nos termos do artigo 20.º da lei da autonomia universitária, do artigo 41.º dos Estatutos da Universidade de Coimbra, do artigo 26.º do Regulamento de Bolsas Diversas da Universidade de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 4 de Fevereiro de 2005, dos artigos 4.º, 17.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, das alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, do despacho n.º 15 508/2005 (2.ª série), de 20 de Junho, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 18 de Julho de 2005, e dos artigos 35.º a 41.º do Código